



**CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
- Estado da Bahia -  
Av. Apolônio Sales, nº 495, Centro, Paulo Afonso - BA, CEP 48.600-200

---

Parecer Jurídico nº \_\_\_\_/2021

Autoria do Projeto: Vereador UELINTON DA SILVA

**Ementa:** Projeto de Lei nº 09/2021, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Estágio Remunerado de Estudantes como fonte inspiradora de escolarização e dá outras providências.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei nº 09/2021, de iniciativa do nobre Vereador UELINGTON DA SILVA, que dispõe sobre a criação do programa Municipal de Estágio Remunerado de Estudantes, como fonte inspiradora de escolarização e dá outras providências.

"Foi encaminhado a esta Consultoria Jurídica para lavra de parecer sobre a legalidade do PROJETO DE LEI, de autoria do Vereador Uelington da Silva, justificando em suas razões, "que diante do momento de crise que vivemos, uma das maiores dificuldades da atualidade é a geração de renda. A falta de oportunidade desagrada e humilha nossos jovens. O acesso ao emprego é um direito do cidadão. A situação fica ainda mais difícil para aqueles que não têm experiência profissional. As

*[Assinatura]*

empresas preferem os que já possuem experiência anteriormente. As escolas serão feitas com base no mérito do candidato que obtiver a maior pontuação no processo seletivo, seguindo o devido processo legal e zelando por princípios constitucionais a impessoalidade, moralidade e isonomia”.

Observa-se, que não foram encaminhados a esta Consultoria, os Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, Educação e Finanças.

É o sucinto relatório.

#### PASSO A ANÁLISE JURÍDICA

Sob o aspecto jurídico, o Projeto de Lei nº 09/2021 não deve tramitar em razão de que já consta no Município Lei nº 1.183/10, que **Instituiu o Programa de Estágio Remunerado no Âmbito da Administração Municipal**, perdendo o objeto a **Proposição nº 09/21**, do nobre vereador Uelington da Silva.

#### CONCLUSÃO:

Diante do quanto analisado sobre o Projeto de Lei nº 09/2021, OPINA esta Consultoria, pela NÃO TRAMITAÇÃO, de autoria do Vereador Uelington da Silva, por já conter no **Município Lei semelhante nº 1183/2010**, que **instituiu o Programa de Estágio Remunerado no Âmbito da administração Municipal**, conforme cópia em anexo.

É O PARECER, SALVO MELHOR JUÍZO.

Paulo Afonso, 09 de abril de 2021.



IVONEIDE PATU MACIEL, OAB/BA 21.882





Lei de Estrutura da  
Câmara 1.384/2018

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - ESTADO DA BAHIA**

**LEI Nº 1183 DE 10 DE MAIO DE 2010.**

**Institui o Programa de Estágio Remunerado no Âmbito da Administração Municipal.**

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de PAULO AFONSO, Estado da Bahia, sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituído, tendo por lastro o disposto na Lei Federal n.º 11.788/08, o Programa Municipal de Estágio Remunerado que obedecerá ao disposto nesta Lei, bem como no Regulamento e Instruções Normativas a serem emitidos pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.

**\*Parágrafo Único** - O Programa referido no caput do artigo consiste no oferecimento de estágio em órgãos e entidades da administração direta e indireta da administração municipal, para estudantes de estabelecimentos de ensino superior, profissionalizante ou congêneres do 2º grau, desde que estejam funcionando legalmente no âmbito do município de Paulo Afonso.

**Art. 2º** - O Programa de Estágio Remunerado objetiva proporcionar ao estudante contato com o mercado de trabalho, experiência e prática profissional, complemento de ensino e aprendizagem na promoção de aperfeiçoamento técnico, cultural e de relacionamento humano.

**§ 1º** - O estágio destina-se exclusivamente aos estudantes regularmente matriculados, sendo definido no edital da seleção em que período mínimo deve estar matriculado o estudante, sendo necessário que tenha concluído no mínimo 50% do seu currículo escolar.

**§ 2º** - Somente serão admitidos como estagiários os estudantes de cursos cujas áreas estejam diretamente relacionadas com as atividades desenvolvidas pela entidade ou órgão onde deverá ser realizado.

**§ 3º** - Para efeito de comprovação do disposto nos parágrafos anteriores será exigido do estudante, quando da sua inscrição, histórico escolar fornecido pela instituição de ensino.

**§ 4º** - É obrigação da administração municipal assegurar a presença do supervisor de estágio no órgão ou entidade em que estiver funcionando o Programa de que trata esta Lei.

**Art. 3º** - A duração do estágio será ajustada entre as partes interessadas, obedecendo-se o limite mínimo de seis meses e máximo de doze meses.

**Parágrafo Único** - Em nenhuma hipótese o estagiário poderá, nesta função, ser admitido em qualquer outro órgão ou entidade da administração municipal após o período máximo de estágio previsto nesta Lei.

**\*Art. 4º** - O estagiário cumprirá jornada semanal de 20 (vinte) horas, devendo esse regime ser compatibilizado e sem prejuízo com o horário escolar.







## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - ESTADO DA BAHIA

**Parágrafo Único** - Nos períodos de férias escolares, a jornada que trata o caput do artigo, será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e o órgão ou entidade da administração municipal a qual estiver vinculado.

**Art. 5º** - Será registrado na carteira profissional do estagiário, as condições de estágio, data de admissão e rescisão do contrato, valor da bolsa e demais alterações.

**Parágrafo Único** - Independente de outros direitos previstos em Leis Federais e Estaduais, fica assegurado ao estagiário:

I - Seguro contra acidentes pessoais com valor de referência igual ao de servidor do quadro;

II - Recebimento de bolsa estágio no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente; e

III - Vale transporte nos moldes do benefício oferecido aos servidores do quadro.

**Art. 6º** - Os estudantes beneficiários do Programa de Incentivo ao Estágio Remunerado não estabelecerão, sob qualquer hipótese, vínculo empregatício com os órgãos e entidades da administração municipal direta e indiretamente.

**Art. 7º** - O Poder Executivo determinará através do competente regulamento, o órgão responsável, seja na administração direta ou indireta, pelas providências relativas a recrutamento, seleção, contratação, avaliação, desligamento e pagamento dos beneficiários do Programa objeto da presente Lei.

**Art. 8º** - O Poder Executivo definirá o número de vagas para os estágios objeto da presente Lei para cada seleção, por decreto, inclusive sua distribuição por entidade e órgão da administração direta e indireta.


**Parágrafo único** - A seleção para o preenchimento das vagas ofertadas para estágio, obedecerá rigorosamente ao desempenho escolar do aluno com base na média aritmética das notas obtidas durante o curso.

**Art. 9º** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

**Art. 10** - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**, aos 10 dias do mês de maio do ano de dois mil e dez.



  
**ANILTON BASTOS PEREIRA.**  
**PREFEITO MUNICIPAL.**